Chamada aberta para artigos - edição temática

Políticas públicas, planejamento e desenvolvimento regional e urbano no Brasil

- Submissões até o dia 30 de abril de 2026
- Previsão de lançamento: agosto de 2026
- Tamanho: de 8 mil a 10 mil palavras, incluídos o resumo, ilustrações e bibliografia

A edição temática da Revista PPP de 2026 traz o tema "**Políticas públicas, planejamento e desenvolvimento regional e urbano no Brasil**". Na atualidade, a questão do desenvolvimento regional reúne temas bastante presentes em pesquisas acadêmicas e na discussão de políticas públicas no Brasil e em outros países da América do Sul. No caso brasileiro, após quase duas décadas da Política Nacional de Desenvolvimento regional – PNDR, de 2007 – persistem, entre esses temas, as desigualdades e desequilíbrios estruturais entre as macrorregiões, estados e municípios, com impactos nos ambientes rural e urbano.

Na América do Sul, e particularmente no Brasil, três aspectos se destacam, desde os anos 1990: a redução da expressividade da indústria como parcela da adição de valor, surgindo o debate sobre desindustrialização e (re)primarização econômica no país; mudanças nos processos e fluxos de consolidação dos centros urbanos, com perda de importância de parte das cidades; dificuldades de implementação e de integração dos instrumentos de planejamento e de financiamento da PNDR. Mudanças recentes nessa política (Decreto nº 11.962, de março de 2024) objetivam dialogar com essas dificuldades e desafios.

Sobre o primeiro aspecto destacado, são exemplos as atividades de: expansão do complexo agroindustrial no Centro-Oeste e em faixas a oeste dos estados da região Sul, de São Paulo e de Minas Gerais; aumento da produção de grãos na região do Matopiba (estados do Maranhão, Tocantins Piauí e Bahia) e de gado e grãos nos estados da região Norte (Rondônia, Acre e Pará em destaque, além do Tocantins); e maior peso das commodities na balança comercial. Essas atividades, por um lado, podem estar redefinindo: i) a estrutura da rede urbana, pelo impulso a cidades médias nas áreas de grande produção agroexportadora; ii) o mercado de trabalho; e iii) a capacidade nacional de geração e arrecadação de impostos viabilizadora de políticas públicas.

Por outro lado, o desenvolvimento regional e dos centros urbanos no interior do país tem passado por uma transformação econômica e ambiental que demanda estudos sobre impactos ambientais, sejam eles microrregionais ou nos centros urbanos. Com a expansão da agroindústria e da mineração em grande escala a partir de meados dos anos 1980, essas atividades ajudaram a moldar o crescimento das periferias urbanas e seus limítrofes. Nesse

movimento, surgem novas economias e deseconomias que se somam a relevantes impactos sobre a dinâmica de desenvolvimento das cidades e sobre a vida das pessoas, inclusive quanto à distribuição das riquezas naturais e da produção.

Permeando essas discussões, políticas de investimentos territoriais, urbanos e da transição climática são questões centrais para o desenvolvimento regional e urbano. Nesse sentido, os investimentos público/privados devem apresentar maior efetividade em termos de redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Entretanto, ao mesmo tempo em que o planejamento de iniciativas transformadoras e mais estruturantes encontra dificuldades para garantir recursos orçamentários, há uma intensificação da pulverização dos investimentos públicos – a exemplo do avanço das emendas parlamentares sobre o orçamento público -, em contraste com os investimentos direcionados pelo Executivo, sobre os quais se espera um teor mais estratégico/planejado.

No âmbito de questões novas que afetam diversas áreas, como as mudanças climáticas e transição ecológica, entre os desafios relacionados com as políticas de desenvolvimento regional e urbano pode-se mencionar: os impactos socioeconômicos da degradação ambiental e do aquecimento global; a necessária adaptação e resiliência às mudanças climáticas; as políticas mitigatórias; a emergência da transição produtiva e energética justas; os desafios aos sistemas de planejamento e orçamento regionais, diante da difícil integração entre planos, políticas e orçamentos dos entes da Federação.

Neste contexto, são importantes as reflexões tanto sobre as transformações econômicas em si e seus impactos positivos e negativos que afetam as regiões e cidades, quanto sobre a concepção, implementação e análise da efetividade das políticas públicas territoriais, regionais e urbanas. Da mesma forma, importa analisar os reflexos que as pessoas têm sofrido ou que, de alguma forma, possam ser afetadas. Deste modo, ao fomentar artigos para esta chamada pública, deixamos para as autoras e autores algumas questões-chave:

Quais as capacidades de gestão, governança, investimentos e adequações de políticas públicas são exigidas dos países para um novo ciclo de desenvolvimento regional e urbano? Que tipo de políticas públicas têm espaço e fazem sentido nesse cenário? Que elementos teóricos devem ser revisitados/aprofundados no debate acadêmico e na formulação políticas públicas e seus instrumentos, diante do processo sócio-histórico que as origina? Quais são os padrões e forças das cidades e da rede urbana na configuração do território e do desenvolvimento regional, na atualidade?

É diante deste quadro que se insere a edição temática da Revista PPP de 2026, a ser publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Convidamos acadêmicos e especialistas a apresentarem artigos, a partir dessas questões ou dos seguintes subtemas:

i) Concepções e teorias sobre o desenvolvimento regional e urbano: dilemas, evidências e desafios para políticas públicas

ii) Divergências e convergências entre teoria e prática na formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento territorial e regional;
iii) Sistemas de governança das políticas de desenvolvimento regional e urbano: atores, poder, caminhos, percalços e alternativas;
iv) Desindustrialização e (re)primarização no contexto do desenvolvimento regional e urbano;
v) Meio ambiente, mudança climática e sustentabilidade no contexto do desenvolvimento regional.

Este número será coordenado pelos editores da Revista PPP, em colaboração com editores convidados, o professor Benny Schvarsberg (UnB) e o professor Raul Silveira Neto (UFPE). Os manuscritos podem ser enviados pelo site da Revista PPP até 30 de abril de 2026. A critério dos editores, os artigos excedentes ao quantitativo padrão da revista por edição poderão ser reunidos e publicados em seções da mesma edição temática, ou, conforme o número de artigos aprovados, podem ser publicados nas edições subsequentes.

As instruções para elaboração dos artigos e os critérios de avaliação pelo sistema duplo-cego, bem como as orientações para o envio dos manuscritos se encontram no site da revista PPP: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/information/authors

Editores convidados:

Professor Benny Schvarsberg (UnB)

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Sociologia Urbana pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor titular da Universidade de Brasília, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB). Foi Chefe do Departamento de Urbanismo e Coordenador do Programa de Pós-graduação da FAU/UnB. Entre outros cargos, foi Diretor-Presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF (IPDF), Secretário Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Secretário Executivo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Conselheiro do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (CONPLAN) e Diretor de Política Urbana do Sindicato dos Arquitetos do DF. É pesquisador do Grupo de Pesquisa Paisagem, Projeto e Planejamento do Laboratório de Estudos da Urbe (PPP-LabeUrbe), membro da Câmara Técnica de Revisão do PLANDHIS - Plano de Habitação de Interesse Social do DF, e conselheiro do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-DF). Tem experiência em pesquisas em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano,

principalmente em planejamento, política urbana e seus instrumentos, planejamento e gestão territorial, política regional e urbanismo e legislação urbanística.

Professor Raul Silveira Neto (UFPE)

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), possui mestrado e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Universidade de Illinois (2013-2014). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Pernambuco e professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPE - PIMES, do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde na UFPE (PPGGES) e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPE/Agreste (PPGEcon). Foi coordenador do PIMES e presidente da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ABER). É pesquisador-bolsista de produtividade do CNPq desde 2005, membro de conselho editorial de diferentes revistas nacionais e internacionais e pesquisador Líder do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU) da UFPE. Tem experiência em pesquisas na área de Economia, com ênfase em Economia Urbana, Economia Regional e Desenvolvimento Econômico, atuando, principalmente, nos temas desigualdade regional, localização, externalidades, produtividade do trabalho e crescimento.

Brasília, 12 de janeiro de 2026.

Os editores.